

Tocantins cria Fundo Estadual para melhorar Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Criada em janeiro de 2011, a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Tocantins (SEMADES-TO) trabalhou, nos últimos anos, para se consolidar como instituição. A data de fundação da Secretaria foi um marco, pois em 23 anos de história do Estado, pela primeira vez a área do meio ambiente teve um órgão exclusivo para cuidar de suas demandas.

De acordo com o Secretário Alexandre Tadeu de Moraes, a existência da SEMADES é o principal legado para preservar o meio ambiente, e uma das mais importantes conquistas foi a implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Unidades de Conservação. Essa e outras informações foram



divulgadas pelo Secretário Alexandre Tadeu em entrevista exclusiva, concedida ao portal do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia (PQGA).

1. Quais as ações da SEMADES nesses quatro últimos anos o Sr. Secretário destaca como legado dessa gestão em prol da preservação ambiental? O que dessa atuação resultou em um ambiente mais favorável à aplicação de investimentos no Estado, à geração de renda e as oportunidades de inclusão social para as comunidades?

Nos últimos quatro anos a SEMADES trabalhou para se consolidar enquanto instituição, visto que o órgão foi criado em 2011. Uma das ações que conseguimos realizar foi a implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Unidades de Conservação, que é uma plataforma que conecta técnicos e gestores das áreas protegidas do Tocantins, sejam elas federal, estadual ou municipal.

Também reativamos os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, que estavam paralisados antes da criação da SEMADES, e temos dado todo o apoio institucional para que funcionem. Isso tem enriquecido o debate das ações e políticas ambientais, inclusive com a participação de entidades da sociedade civil organizada. Um dos frutos das discussões feitas no âmbito do Conselho de Meio Ambiente foi a atualização dos requisitos do ICMS Ecológico. Pela nova resolução, os Municípios precisam comprovar que os recursos do ICMS Ecológico recebidos no exercício anterior estão sendo utilizados em ações ambientais. Assim, eles atingem maior pontuação e, conseqüentemente, podem alcançar maior percentual da fatia que é repartida no ano seguinte. Isso, sem dúvida nenhuma, foi um grande avanço.



Na área de recursos hídricos conseguimos colocar em prática, pela primeira vez, o funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que tem sido um grande propulsor das políticas nesse setor. Com a verba do Fundo estamos apoiando projetos de recuperação de nascentes feitos por organizações civis, além de estudos e pesquisas de professores universitários que vão melhorar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesses últimos anos, também com verba do Fundo, conseguimos implantar um projeto inovador para minimizar os impactos da estiagem na região Sudeste do Tocantins, que é o Projeto Barraginhas, que consegue armazenar até 200 mil litros de água da chuva, para que os agricultores familiares possam dar continuidade às suas atividades. Outro ponto importante foi a criação de quatro comitês de bacias hidrográficas que estão contribuindo com a gestão local dos recursos hídricos.

Há duas áreas que merecem destaque quando se fala em preservação ambiental aqui no Tocantins, que tem a maior parte do seu território ocupado pelo bioma cerrado: o desmatamento e as queimadas. Em relação às queimadas, a SEMADES conta com apoio do Projeto Cerrado Jalapão, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, e obtém recursos de banco da Alemanha e apoio da Agência de Cooperação Técnica da Alemanha. Estamos realizando um estudo aprofundado do comportamento do fogo e iniciando a aplicação do manejo integrado e adaptativo do fogo no Parque Estadual do Jalapão. O intuito é reduzirmos a severidade das queimadas no período mais crítico da estiagem no Tocantins, que vai de agosto a outubro. Isso vai contribuir com a preservação da nossa biodiversidade e com a diminuição da emissão de gases de efeito estufa, decorrentes dos incêndios florestais. Já em relação ao desmatamento, fizemos recentemente um levantamento quantitativo do desmatamento ilegal no Estado, tendo como base os anos de 2008/2009. Também fizemos a atualização da legislação florestal, adequando-a ao Novo Código Florestal, e elaboramos um Plano Estadual que vai tanto orientar ações para a conservação florestal como vai impulsionar o setor produtivo sustentável, principalmente ligado à seringueira e ao babaçu, vocações identificadas pelo documento.

Sobre a segunda parte da pergunta, é necessário um estudo, uma avaliação mais precisa para afirmarmos com segurança os desdobramentos sociais e econômicos das ações da secretaria desde 2011.

2. Em relação ao problema do desmatamento, que agentes ou causas identifica como críticos para os próximos anos? Quais as estratégias adotadas pela SEMADES para redução e controle do desmatamento e combate a outros crimes ambientais?

De modo geral o desmatamento no cerrado está associado à expansão da agropecuária e da silvicultura. No Tocantins, não deve ser diferente, porém, não podemos afirmar com total segurança, pois carecemos de estudos para comprovar essa hipótese. A nossa



principal estratégia para reduzir e controlar o desmatamento, sem dúvida nenhuma, é a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que já está em curso.

3. Comente as medidas implementadas pela SEMADES para aperfeiçoamento do processo de descentralização da gestão ambiental e para conferir mais autonomia aos Municípios. Quais são hoje as principais limitações ou fragilidades dos órgãos ambientais municipais?

Não temos informações sobre as principais limitações ou fragilidades dos órgãos ambientais municipais. Acreditamos que deve ser financeira-orçamentária, pois disso depende a estruturação física e institucional, qualificação técnica e discussão, elaboração e implementação das políticas ambientais locais. A SEMADES está prestes a implantar o Programa Estadual de Descentralização Ambiental, com recursos do Fundo Amazônia, que vai apoiar os Municípios em termos de estrutura, aparelhamento e capacitação. Também com a implantação desse Programa teremos informações mais precisas sobre a situação da gestão ambiental dos Municípios.

4. Com a vigência do novo Código Florestal, quais as medidas já adotadas pelo Estado para implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e a regularização das propriedades rurais? Qual a maior contribuição do CAR para o ordenamento e desenvolvimento do território do Estado?

A SEMADES conseguiu recursos do Fundo Amazônia, na ordem de R\$ 40 milhões, para o Sistema de Gestão do Cadastro Ambiental Rural do Tocantins e para implementação do CAR em 96 Municípios, que representa quase 70% da totalidade de Municípios tocaninenses. Atualmente, estamos atuando os processos para contratação de serviços e aquisição de materiais que serão utilizados na execução do projeto.

O CAR é um instrumento que vai ampliar a garantia do Estado de que as propriedades rurais vão desenvolver as suas vocações produtivas, seja na produção de alimentos, seja na produção de insumos para os diversos setores da indústria, sem comprometer os recursos naturais. Eu acho que essa é a maior contribuição do CAR, conciliar a agenda da produção agropecuária com a agenda do desenvolvimento ambiental, garantindo por um lado o avanço da economia e, por outro, a conservação da nossa biodiversidade.